

16 mar 2021 / 17:08

## Ultrapassados por insignificância política

No Editorial do Jornal da FENPROF (JF), enviado aos associados dos Sindicatos de Professores no início de março, o destaque é dado ao facto de os professores não terem sido incluídos em qualquer das prioridades de vacinação, acompanhando, como deveria acontecer, recomendações internacionais e decisões de outros países.

Alguns dias depois, porém, soube-se pela Ministra da Saúde que a vacinação dos profissionais e trabalhadores das escolas como grupos prioritários era uma possibilidade, tendo, posteriormente, a designada *task force* colocado docentes e não docentes na fase 1, devendo começar a ser vacinados no penúltimo fim de semana de março.

É uma boa notícia que, contudo, não retira verdade à afirmação que consta do já citado Editorial, antes releva a insignificância política dos responsáveis do Ministério da Educação dentro do Governo. Aquela afirmação resulta das respostas recebidas de responsáveis políticos do ME que, em reuniões realizadas em 7 de janeiro e 2 de fevereiro, p.p., confrontados com a proposta da FENPROF de inclusão dos professores na primeira fase de vacinação – fundamentada nas recomendações internacionais e nas razões das mesmas –, se limitaram a dizer que as prioridades não eram estabelecidas em função de grupos profissionais, pois, se assim fosse, outros haveria que se expõem mais do que os professores, dando alguns exemplos.

A FENPROF insistiu que, para além da proteção de profissionais e trabalhadores das escolas, porque estão muito expostos, dados os inúmeros contactos que estabelecem, era também necessário, através da vacinação, entre outras medidas, garantir que as escolas abrissem e não voltariam a fechar por falta de prevenção, de segurança sanitária, de transparência e de vacinação. Em 15 de fevereiro, por ofício, a FENPROF apresentou formalmente, ao Ministro, da proposta de vacinação, mas o governante optou pelo silêncio.

Esta insistência da FENPROF manteve-se já depois do anúncio, por Marta Temido, da possibilidade de os professores serem vacinados, nesta altura já procurando que a probabilidade se efetivasse. Mesmo após a declaração da Ministra da Saúde, o ME nunca alterou o seu discurso, ficando a saber-se, apenas na segunda semana de março, que os professores integrariam a fase 1 de vacinação, conhecendo-se no dia de regresso aos jardins de infância e escolas do 1.º ciclo (15 de março), que, só no fim de semana seguinte, seriam vacinados cerca de 80 000 profissionais e trabalhadores.

Foi, entretanto, suspenso o início da vacinação, pois aos professores, como a muitos outros portugueses, estavam destinadas vacinas da AstraZeneca. Esperando-se o rápido desbloqueio da vacinação, não deixa de se assinalar, também nesta matéria, o pouco peso político do Ministério da Educação dentro do Governo. Poderá afirmar-se que não seriam os responsáveis do ME a tomar uma decisão destas, é verdade, mas deles esperava-se um acompanhamento próximo dos níveis de decisão e, desde o início do processo de vacinação em Portugal, uma posição firme de exigência. Se, em vez de arranjarem desculpas, tivessem sido exigentes não teriam sido, uma vez mais, ultrapassados.

Mário Nogueira